

Gratz é o primeiro a ser denunciado pela missão

Parlamentar foi denunciado por prática de crime contra instituição financeira

ANDRÉIA LOPES E
LÚCIA GARCIA

A primeira denúncia do grupo de elite do Ministério Público Federal que atua na missão especial de combate ao crime organizado foi protocolada ontem no Tribunal Regional Federal do Rio de Janeiro contra o presidente da Assembléia Legislativa, deputado estadual José Carlos Gratz (PFL). O parlamentar foi denunciado por prática de crime contra instituição financeira e a pena prevista é de dois a seis anos de reclusão, além de aplicação de multa.

A denúncia foi assinada pelo procurador-chefe da Procuradoria Regional da República no Rio de Janeiro, Roberto dos Santos Ferreira, um dos cinco procuradores da missão. Ele acusou Gratz de ter divulgado "informações falsas e prejudicialmente incompletas sobre a situação patrimonial e contábil" do Banestes quando o processo de privatização foi iniciado.

De acordo com a documentação, em 14 de janeiro desse

O QUE DIZ A DENÚNCIA

O presidente da Assembléia foi denunciado pelo Ministério Público Federal (MPF) por crime contra o sistema financeiro

■ A legislação prevê pena de reclusão de dois a seis anos e aplicação de multa para quem "divulgar informação falsa ou prejudicialmente incompleta sobre instituição financeira"

■ A denúncia diz que, no início do procedimento de privatização do Banestes, Gratz convocou a imprensa e "divulgou informações falsas e prejudicialmente incompletas sobre a situação patrimonial e contábil" do banco

■ Gratz, naquela ocasião, teria afirmado que a venda do Banestes seria um bom negócio para o Estado, que se livraria de uma dívida de R\$ 500 milhões

■ O MPF considerou as declarações de Gratz "genéricas, vagas, incompletas e revestidas de evidente caráter tendencioso". "E acabaram

Fonte: Ministério Público Federal

por afetar a imagem da instituição financeira, lançando dúvidas acerca da lisura da conduta dos diretores ou administradores da referida instituição e sobre sua saúde financeira", diz a denúncia

■ Segundo a documentação, "os balanços anuais do Banestes evidenciam a saúde financeira do banco". "Todos os elementos dos autos demonstram que o Banestes não se encontra na situação descrita pelo ora denunciado", consta da denúncia

■ A Procuradoria da República também diz que "há referência nos documentos que dão suporte à denúncia de que o denunciado estaria há algum tempo promovendo, por interpostas pessoas, a aquisição de precatórios com deságio para serem posteriormente utilizados na privatização do Banestes"

ano o presidente da Assembléia convocou a imprensa e teria afirmado que a venda do Banestes "é um bom negócio para o Estado, que se livraria de uma dívida de R\$ 500 milhões".

"Com tal manifestação, o

denunciado, voluntária e conscientemente, divulgou informação falsa sobre a instituição financeira, consubstanciada na afirmação da existência de suposta dívida de cerca de R\$ 500 milhões, o que não

corresponde à verdade dos fatos", consta da denúncia, que também traz informações de que "os balanços anuais do Banestes evidenciam a saúde financeira do banco".

Sensível

As declarações de Gratz, segundo a denúncia, são "genéricas, vagas, incompletas e revestidas de evidente caráter tendencioso", porque "pretendiam justificar a venda do Banestes". "Fica evidenciado que o denunciado escolheu o momento mais sensível do mercado para lançar dúvidas sobre a saúde financeira do banco", diz a documentação.

A denúncia será distribuída para um desembargador do Tribunal Regional Federal (TRF) do Rio de Janeiro, que poderá acatá-la ou não. Caso ela seja acatada, uma ação penal será instaurada. O documento foi protocolado naquele Estado porque o deputado possui foro privilegiado devido ao cargo que ocupa.

Assim que a denúncia for autuada, Gratz será notificado para apresentar sua defesa no prazo de 15 dias. Em seguida, o TRF decidirá se acata ou não a o pedido feito pelo MPF.

Na próxima semana, os procuradores ingressarão com outras denúncias no TRF do Rio de Janeiro, provavelmente contra autoridades.

Acusação aponta compra de precatório usando intermediários

A denúncia do Ministério Público Federal (MPF) contra o deputado estadual José Carlos Gratz (PFL) também diz que ele estaria "promovendo, há algum tempo, por interpostas pessoas, a aquisição de precatórios com deságio para serem posteriormente utilizados na privatização do Banestes". O fato está sendo apurado pelo procurador-chefe da República no Espírito Santo, Henrique Herkenhoff, que também integra a missão especial de combate ao crime organizado.

No dia 24 de março, A GA-

ZETA publicou uma reportagem mostrando como funciona o mercado paralelo de compra e venda de precatórios - um tipo de indenização gerada pelos processos que o Estado perde na Justiça.

A reportagem revelou que grandes empresas fundapeanas do Espírito Santo e de São Paulo estavam adquirindo de credores estaduais - a maioria servidores públicos - milhões em créditos contra a Fazenda Estadual. A compra desses precatórios estava ocorrendo com alto deságio, que chegava a 96% do valor real do crédito.



Evaristo Borges

Defesa

Segundo o deputado, os procuradores ficam 'inventando história'

Deputado diz que denúncia é 'piada'

Grupo trabalha em mais de 30 inquéritos

A missão especial está apurando mais de 30 inquéritos policiais. Desse total, seis são casos considerados prioritários. "Priorizamos seis inquéritos instaurados por nós. O restante já existia na Polí-

Coordenador divulga ações de agentes

A exumação de uma ossada e a investigação do possível assassinato do representante comercial mineiro Leonardo Siman - desaparecido deste o dia 1º de dezembro do ano passado. Essas são as



Carlos Alberto da Silva

DURANTE

A exumação de uma ossada e a investigação do possível assassinato do representante comercial mineiro Leonardo Siman - desaparecido deste o dia 1º de dezembro do ano passado. Essas são as ações mais recentes dos agentes da Polícia Federal da missão especial, que estão no Espírito Santo para combater o crime organizado, divulgadas ontem pelo coordenador da equipe, delegado José Paulo Rubim Rodrigues.

De acordo com ele, a exumação é para apurar a versão de que um grupo de extermínio teria participação em um assassinato. "O executor afirma ter matado a tiros, mas existe controvérsia a respeito do laudo emitido pelo Departamento Médico Legal (DML), que atestou causa morte 'não determinada'. Por isso fizemos a exumação, que passará a ser uma prova material. Falta sair o resultado", relatou Rubim.

O assassinato, acrescentou o delegado, ocorreu na Grande Vitória, há algum tempo. No entanto, ele não revelou quem é a vítima. "Estamos com o executor e um possível mandante do crime presos. O crime é de mando e a motivação, possivelmente, foi briga por causa de terras", disse.

Caso Siman

As investigações sobre o caso do representante comercial começaram a partir do apelo da família da vítima. "A família de Leonardo Siman requereu o apoio da Polícia Federal. Nós estamos investigando o caso em conjunto com o grupo de promotores do Ministério Público Estadual, que atua no combate ao crime organizado no Estado. Vamos tentar, pelo menos, dar uma satisfação para a família, no sentido de que ela, se for o caso de assassinato, possa enterrá-lo, além é claro de achar os autores do crime", enfatizou o coordenador da missão.

Será realizada também a perícia em duas ossadas encontradas em Linhares. "Estamos com um grupo de agentes no Norte do Estado. As ossadas foram encontradas em locais distintos. Será feito o exame de DNA para identificar Leonardo Siman", informou.



Federal vistoria bagagens no aeroporto

Três vôos - dois de passageiros e um de cargas - foram vistoriados ontem pela missão especial, no Aeroporto de Vitória, em Goiabeiras, na Capital. A fiscalização ocorreu das 10h30 às 16h30 e contou com a participação de agentes da Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal e Receita Federal. Segundo a assessoria de imprensa da Polícia Federal, durante a fiscalização, apenas bagagens foram vistoriadas, com ajuda de dois cães farejadores. No entanto, nada foi apreendido e ninguém foi preso ou detido. O objetivo da fiscalização, de acordo com a assessoria de imprensa, era reprimir crimes de competência federal, como tráfico de drogas, contrabando, entre outros. O vôo de cargas estaria vindo de Miami.

A missão especial está apurando mais de 30 inquéritos policiais. Desse total, seis são casos considerados prioritários. "Priorizamos seis inquéritos instaurados por nós. O restante já existia na Polícia Federal, e estamos dando continuidade aos casos. A maioria é sobre lavagem de dinheiro", informou o coordenador da missão especial, delegado José Paulo Rubim.

Uma das prioridades é saber quem mandou matar o advogado Marcelo Denadai, morto em abril último, e o atentado à Ordem dos Advogados do Estado (OAB/ES). "Em princípio, só o soldado Dalberto Antunes da Cunha - acusado de ser o autor dos tiros que mataram o advogado - não teria motivo para matar Denadai. Acreditamos em crime de mando", falou o delegado. No caso do OAB/ES vamos periciar a fita de vídeo do circuito interno da entidade, para tentar identificar algum suspeito", disse.

Deputado diz que denúncia é 'piada'

O presidente da Assembleia Legislativa do Estado, deputado José Carlos Gratz (PFL), afirmou ontem que "trata-se de uma piada" a denúncia feita pelo Ministério Público Federal. "Eles (os procuradores) são uns piadistas. Eu não trabalho em circo. Por este tipo de procedimento, é capaz de eles me denunciarem por andar na rua e matar uma formiga", comparou Gratz.

Segundo o presidente, os procuradores 'estão inventando histórias'. "Eles não acham nada contra José Carlos Gratz e ficam inventando histórias. Com isso, eles estão apenas me promovendo. Eu sou parlamentar. Sou imune com relação à palavra. Posso falar o que eu quiser, quanto mais de

um assunto que eu domino muito bem", enfatizou.

Ele reafirmou ter falado que o banco tinha uma dívida de R\$ 500 milhões. "Eu disse que o Banestes contraiu R\$ 500 milhões emprestado e nem com mil anos consegue pagar uma dívida dessa, porque o patrimônio líquido do banco é da ordem de R\$ 90 milhões. Hoje devemos cerca de R\$ 600 milhões. Essa denúncia não me intimida", concluiu.

A denúncia diz ainda que Gratz estaria estimulando as pessoas a comprarem precatórios, que seriam utilizados na venda do Banestes. "Se ele (o procurador) for homem, me traga uma pessoa só que eu estimei a comprar precatórios. Isso é mentira", disse.

O Shopping Vitória apresenta o seu circuito.

Diversão, compras, estacionamento com todo o conforto e telão na Praça de Alimentação para você ver a corrida e muito mais. Neste **sábado, durante todo o dia, e domingo, até as 18 horas**, o acesso ao Shopping Vitória será alterado em virtude da Fórmula Renault. **A entrada para o estacionamento será feita pela rua Marília Scarton Coutinho**, que passará a ser mão dupla fazendo ligação com a Av. Nossa Senhora dos Navegantes.

Horário de funcionamento:

Sábado - 10 às 22h

Domingo - 10 às 22h, lojas das 15 às 21h.



Único como você.

